

ANDRÉ LUCIANO DA SILVA

**O DESEMPREGO TECNOLÓGICO E A ABERTURA ECONÔMICA NO
BRASIL DURANTE A DÉCADA DE 1990**

**Monografia apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em Economia,
Departamento de Economia, Setor de Ciências Sociais
Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.**

Prof. Orientador: Igor Zanoni Constant Carneiro Leão

CURITIBA

2004

SUMÁRIO

TERMO DE APROVAÇÃO	ii
LISTA DE GRÁFICOS	iii
LISTA DE QUADROS	iv
LISTA DE TABELAS	v
LISTA DE SIGLAS	vi
RESUMO	vii
INTRODUÇÃO	01
1 AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E TECNOLÓGICAS NO SÉCULO XX	03
1.1 A GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA.....	04
1.2 AS TRANSFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS.....	07
2 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO ..	11
2.1 A CONCORRÊNCIA DESREGULADA NA GLOBALIZAÇÃO	12
2.2 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA	14
3 O DESEMPREGO DIANTE DA REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA	19
3.1 O DESEMPREGO TECNOLÓGICO	20
3.2 O PROBLEMA DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	22
4 O BRASIL E A ABERTURA ECONÔMICA	24
4.1 O GOVERNO COLLOR.....	24
4.2 O PLANO REAL	26
4.3 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA BRASILEIRA	30
5 O DESEMPREGO NA DÉCADA DE 1990	35
5.1 A SITUAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL	36
5.2 MUDANÇAS NA COMPOSIÇÃO OCUPACIONAL DA FORÇA DE TRABALHO	39
5.3 QUALIFICAÇÃO E DESEMPREGO	44
CONCLUSÃO	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50

TERMO DE APROVAÇÃO

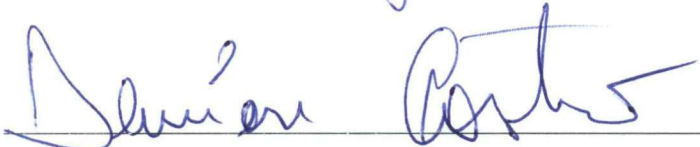
ANDRÉ LUCIANO DA SILVA

O DESEMPREGO TECNOLÓGICO E A ABERTURA ECONÔMICA NO BRASIL DURANTE A DÉCADA DE 1990

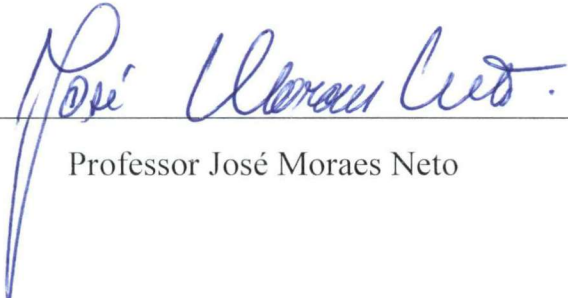
Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel no Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela Banca Examinadora formada pelo professores:

Orientador: _____


Professor Igor Zandoni Constant Carneiro Leão



Professor Demian Castro



Professor José Moraes Neto

Curitiba, 02 de dezembro de 2004

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 – EVOLUÇÃO DAS IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES, BRASIL – 1990-2000	28
GRÁFICO 02 IMPORTAÇÕES DE BENS INTERMEDIÁRIOS, DURÁVEIS, NÃO DURÁVEIS E DE CAPITAL, BRASIL – 1990-2000.....	29
GRÁFICO 03 INDICE DE PESSOAL OCUPADO NA INDÚSTRIA GERAL E INDICE DE CONSUMO APARENTE DE MÁQUINAS, BRASIL – 1991-2000.....	32

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 – DIFERENÇAS ENTRE OS PADRÕES DE PRODUÇÃO DO FORDISMO E PÓS-FORDISMO.....	08
QUADRO 02 – NOVAS ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS.....	14
QUADRO 03 – CARACTERÍSTICAS DA ATUAL ESTRATÉGIA DE REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA	17

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAL DA PRODUTIVIDADE DO TRABALHO NO BRASIL, SEGUNDO SETORES E ATIVIDADES – 1990-2000.....	33
TABELA 02 – TAXAS DE DESEMPREGO TOTAL PARA AS REGIÕES METROPOLITANAS – 1989-1999.....	37
TABELA 03 – ESTIMATIVA DE DESEMPREGADOS PARA AS REGIÕES METROPOLITANAS – 1989-1999.....	38
TABELA 04 – DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS, SEGUNDO SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA PARA AS REGIÕES METROPOLITANAS – 1989-1999....	40
TABELA 05 – TAXAS MÉDIAS DE CRESCIMENTO ANUAL DO PESSOAL OCUPADO NO BRASIL, SEGUNDO SETORES E ATIVIDADES – 1990-2000.....	41
TABELA 06 – NÚMERO ESTIMADO DE EMPREGADOS NO SETOR FINANCEIRO NO BRASIL – 1989-1996.....	43
TABELA 07 – NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS EMPREGADOS NO BRASIL – 1980-1995.....	45
TABELA 08 – TAXAS DE DESEMPREGO TOTAL, SEGUNDO NÍVEL DE INSTRUÇÃO PARA AS REGIÕES METROPOLITANAS – 1989-1999.....	46

LISTA DE SIGLAS

DIIESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos
FUNCEX	Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
PED	Pesquisa de Emprego e Desemprego
PIB	Produto Interno Bruto
PIM	Pesquisa Industrial Mensal
SECEX	Secretaria de Comércio Exterior

RESUMO

Durante o século XX diversas transformações ocorreram em nível mundial, dentre as quais destacam-se a globalização econômica e financeira e o desenvolvimento dos padrões tecnológicos. O processo de abertura, através da liberalização comercial e dos fluxos de capitais, impôs a concorrência entre os países. Porém, para competir internacionalmente tiveram que passar por mudanças, inovando os sistemas produtivos tecnológica e organizacionalmente. Mas a reestruturação abriu espaço para o crescimento do desemprego na economia. O desemprego tecnológico foi um dos causadores do crescimento total. Portanto, o objetivo do trabalho é apresentar o desemprego tecnológico em meio ao processo de abertura comercial da década de 1990. Para situar o objetivo do trabalho teoricamente expõe-se as principais transformações do capitalismo contemporâneo, enfatizando o desenvolvimento tecnológico e a reestruturação produtiva e suas conseqüências sobre o desemprego.

INTRODUÇÃO

O século XX marcou a história do capitalismo contemporâneo devido às profundas transformações nos mais diferentes aspectos da sociedade. Dentre as principais mudanças estão o avanço da globalização econômica e o desenvolvimento do nível tecnológico mundial. Ambos os aspectos, inicialmente, dominaram as economias avançadas, e conseqüentemente chegaram ao mundo subdesenvolvido.

A imposição da liberalização econômica para os países da periferia trouxe perdas consideráveis. Com a abertura comercial e financeira tais economias tiveram que passar por um apurado processo de reestruturação econômica, a fim de enfrentar a forte concorrência externa. O crescimento da produtividade e competitividade tornou-se primordial para as empresas que desejassem obter êxito no mercado competitivo.

Para atingir melhores níveis de produtividade e concorrer com os produtos externos o setor produtivo nacional passou pela reestruturação produtiva durante as décadas de 1980 e 90. O caminho seguido foi adotar inovações tecnológicas assim como organizacionais na produção. Porém, os resultados não foram apenas positivos.

Dos impactos da reestruturação tecnológica e organizacional, um, senão o mais importante deles, foi sobre o mercado de trabalho. Tanto que o desemprego cresceu descontroladamente durante a década de 1990. Mesmo que não seja totalmente causado pela reestruturação produtiva, parte foi motivada pelo avanço tecnológico, ou seja, aquele em que a mão-de-obra é substituída pelas inovações da tecnologia. Surgiu, então, um novo tipo de desemprego, o tecnológico.

Portanto, o presente trabalho, que visa à exposição do desemprego tecnológico frente ao processo de inserção externa vigente no Brasil na última década, está dividido em cinco capítulos. Inicialmente são apresentadas as transformações ocorridas no século

XX. dando ênfase na globalização e nas mudanças tecnológicas. Depois é colocada em questão a reestruturação produtiva no capitalismo atual.

O terceiro capítulo aponta para o desemprego perante o processo de reestruturação capitalista, dando-se a devida atenção ao desemprego tecnológico. A próxima parte apresenta o cenário de abertura comercial brasileiro durante a década de 1990, tanto no governo Collor quanto no FHC, não deixando de lado a reestruturação produtiva no Brasil.

Finalizando o trabalho expõe-se o crescimento do desemprego brasileiro na década referida anteriormente, qualitativa e quantitativamente, abordando ainda questões como a mudança da estrutura ocupacional da força de trabalho e a qualificação da mão-de-obra brasileira.

I AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E TECNOLÓGICAS NO SÉCULO XX

O século XX marcou a história mundial por diversas transformações, tanto na ordem econômica, financeira, quanto na cultural. A história econômica foi marcada pelo surgimento de diferentes e contrárias ideologias. Se os ideais keynesianos foram adotados na primeira metade do século, na segunda metade, principalmente nas três últimas décadas do período, imperou o desenvolvimento e utilização do pensamento neoliberal nas maiores nações mundiais. O conceito de globalização econômica passou a fazer parte dos ideais teóricos pregados pelas potências econômicas.

Na primeira metade do século XX, marcada pela recessão econômica da década de 1930, abriu-se espaço para um novo pensamento econômico que resultou no surgimento da teoria keynesiana. Daí em diante a participação do Estado na economia passou a ser defendida pela corrente teórica e adotada por diversos países que sofreram com a crise de então.

Porém, as maiores transformações ocorreram durante os últimos 50 anos, principalmente da década de 1980 em diante, com o surgimento de propostas da globalização, diretamente relacionadas com a restauração da teoria neoclássica e impulsionadas pelo rápido crescimento das corporações internacionais e dos avanços tecnológicos. O processo de globalização associado às transformações tecnológicas abriu espaço para a Terceira Divisão Internacional do Trabalho. Mesmo pertencendo à dimensão financeira, nova Divisão do Trabalho também está associada “ao processo de reestruturação empresarial, acompanhado da maturação de uma nova revolução tecnológica”, e à expansão dos Investimentos Diretos no Exterior, tanto nos países centrais quanto nos periféricos (POCHMANN, 2001).

Diante das mudanças abre-se espaço para estudar o processo de globalização econômica assim como as transformações tecnológicas nas últimas décadas, detalhando

as suas conseqüências. Portanto, a apresentação dos itens acima descritos é o objetivo do presente capítulo.

1.1 A GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA

A globalização, que segundo COUTINHO (1996, p. 219) foi um termo criado pelo “mundo jornalístico”, propunha a integração mundial tanto nas ordens produtiva, financeira, quanto na comercial, sem a presença de barreiras econômicas até então vigentes. STIGLITZ (2002, p. 36) definiu o fenômeno da globalização como “a integração mais estreita dos países e dos povos do mundo que tem sido ocasionada pela enorme redução de custos de transporte e de comunicações e a derrubada de barreiras artificiais aos fluxos de produtos, serviços, capital, conhecimento e (em menor escala) de pessoas através das fronteiras”.

Basicamente, a globalização foi uma extensão do processo histórico de internacionalização, que evoluiu nos aspectos das transformações tecnológicas, na ampliação da regionalização, promovendo alterações nas ordens financeira e produtiva. Abaixo estão assinalados pontos referentes às transformações, em parte, decorrentes da globalização.

i) aceleração intensa e desigual da mudança tecnológica entre as economias centrais; ii) reorganização dos padrões de gestão e de produção de tal forma a combinar os movimentos de globalização e regionalização; iii) difusão desigual da revolução tecnológica, reiterando os desequilíbrios comerciais e de balanço de pagamentos, resultando em um policentrismo econômico que substitui a bipolaridade nuclear do pós-guerra e se expressa na fragilização do dólar *vis-à-vis* o fortalecimento do iene e do marco; iv) significativo aumento do número de oligopólios globais, dos fluxos de capitais e da interpenetração patrimonial (investimentos “cruzados” e aplicações financeiras por não residentes) dentro da tríade; e v) ausência de um padrão monetário mundial estável, no contexto de taxas cambiais flutuantes, magnífica a especulação e os mecanismos de neutralização (derivativos) não são, entretanto, capazes de prevenir a possibilidade de rupturas sistêmicas (COUTINHO, 1995).

O processo de globalização ainda esteve ligado à teoria neoclássica, defendendo a livre concorrência entre as nações, através da liberalização econômica, de fluxos comerciais e do capital, a redefinição do papel do Estado, flexibilização dos direitos trabalhistas, a desregulamentação geral da economia, as privatizações de empresas públicas, além de utilizar-se de políticas recessivas, sejam elas fiscal ou monetária, para a condução da política econômica.

Porém, as políticas neoliberais não param por aí. As economias que adotam os ideais citados acima devem estar preparadas para outras mudanças. MERCADANTE (1997, p. 131-2) destaca que o processo de liberalização comercial, proposto pelo neoliberalismo, “é acompanhado pela ofensiva ideológica da inevitabilidade das reformas, modernização e globalização como parte do pensamento único construído na pretensa racionalidade do mercado”. Ainda diz que “as mudanças impostas pela agenda neoliberal ocorrem em um cenário internacional marcado por intensas mudanças, impulsionadas pelo impacto de um novo paradigma tecnológico”.

Além da ligação com a teoria do neoliberalismo, a globalização teve forte influência no surgimento de novas tecnologias. O avanço tecnológico da informática e da comunicação permitiu o rápido acesso de informações, assim como possibilitou que o mundo permanecesse interligado constantemente. Diante de tal situação, grandes corporações podem atuar em diversos países no mundo, podendo ter todas as informações que desejarem no momento que for necessário. Dentro de poucos minutos pode-se realizar uma operação financeira, comprar ou vender produtos, ou até mesmo, oferecer serviços. Assim, o neoliberalismo e o desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação promovem a integração e globalização econômica mundial.

O problema é que ao adotar as políticas impostas pelo neoliberalismo, os resultados obtidos não são todos positivos. E os principais problemas causados estão

relacionados com o desemprego. TAVARES (1996) destaca que “a era do neoliberalismo é marcada, em nível mundial, pela deterioração das condições de emprego e do mercado de trabalho”.

No mundo globalizado, onde a liberalização econômica é evidente, se um país pretende se relacionar com as grandes nações mundiais deve estar ciente que a competição é acirrada entre as empresas e, na maioria dos casos, desleal. Desleal porque a abertura econômica generalizada de determinada economia possibilita a concorrência entre empresas de um mesmo setor, situadas em países diferentes e de graus tecnológicos distintos. Geralmente, aquela que apresentar um grau tecnológico mais elevado terá menores custos e conseqüentemente poderá oferecer seus produtos por menores preços, até que sua concorrente consiga oferecer seu produto por um preço melhor ou até que ela feche suas portas. Portanto, deve-se conhecer o grau de concorrência que o país é capaz de agüentar.

Quando uma nação acaba com as barreiras protecionistas sem que tenha condições de concorrer o resultado da liberalização torna-se desastroso. E o mercado trabalho é que arca com o prejuízo em duas situações diferentes. Se determinado setor foi atingido pela concorrência e terá que passar pela reestruturação produtiva e tecnológica para aumentar sua produtividade e poder competir novamente, as novas técnicas adotadas eliminarão parte dos postos de trabalho, considerando que as inovações tecnológicas possibilitam o aumento da produção com um número reduzido de funcionários.

Já no segundo caso, quando determinado setor nem mesmo terá condições de reestruturação da produção, todos os postos de trabalho serão eliminados, aumentando ainda mais o número de desempregados do país. Portanto, a competição proporcionada pelo neoliberalismo e pela globalização extermina postos de trabalho, tornando ainda mais precárias as condições do trabalhador.

Segundo MATTOSO citado por MERCADANTE (1997, p. 134) “o mundo do trabalho é duramente atingido por essas inovações e pelas políticas de ajuste neoliberal. A reestruturação produtiva promovida pela globalização do capital destrói postos de trabalho, flexibiliza e degrada os contratos de trabalho e joga uma parcela crescente dos trabalhadores na economia informal e em relações de trabalho precárias”.

1.2 AS TRANSFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS

Dentre as mudanças ocorridas no século XX, houve também, e em maior escala, transformações no âmbito tecnológico, ficando nítidos e definindo um novo paradigma tecnológico entre o final dos anos 80 e início dos anos 90, a partir da Terceira Revolução Industrial (MEINERS, 2002).

As mudanças tecnológicas tiveram papel significativo nos últimos anos, diante a reestruturação da economia global. Tanto que proporcionaram novos materiais, processos, fontes energéticas e bens de consumo, assim como a redução dos custos e preços de bens e serviços. Portanto, as inovações e transformações tecnológicas resultam em diversos impactos na vida humana. Ao mesmo tempo em que abrem novas oportunidades comerciais excluem atividades produtivas inteiras por não haver a necessidade de sua existência no mundo globalizado.

Principalmente, a revolução tecnológica é composta pela junção das Tecnologias de Informação e Comunicação (ICT) com a organização do quadro produtivo. O desenvolvimento das tecnologias de informação é responsável pela difusão de novos sistemas tecnológicos, facilitando e dinamizando a comunicação e relações da sociedade, através das inovações no sistema telefônico, de internet, etc. Tal implantação permitiu a integração entre as firmas e fornecedores, integração de todo o mercado, redução de custos com comunicação, assim como a integração entre os vários departamentos de uma

mesma empresa (planejamento, fabricação, fornecimento, vendas, pessoal, financeiro, logística, desenvolvimento de produtos e serviços técnicos).

Além da difusão das tecnologias de informação, também foram adotados sistemas de modernização flexibilizando a produção. A inserção das tecnologias de automação flexível possibilita, além da mudança das rotinas produtivas, ganhos de produtividade e rentabilidade (MEINERS, 2002).

Dentre as mudanças na esfera produtiva está a transição do modelo taylorista-fordista para novas formas de organização da produção e gestão da mão-de-obra. A passagem do antigo modelo para o pós-fordismo é representada por diversas mudanças empresariais. Se no fordismo predominava a produção em massa, no novo padrão a produção flexível e enxuta toma o destaque. O QUADRO 01 apresenta as demais diferenças entre o velho e o novo padrão produtivo em seus devidos grupos.

QUADRO 01 – DIFERENÇAS ENTRE OS PADRÕES DE PRODUÇÃO DO FORDISMO E PÓS-FORDISMO

FORDISMO	PÓS-FORDISMO
PRODUTOS	
Intensivo em energia e recursos naturais	Intensivo em informação e conhecimento
Padronização: produtos definidos pelo fabricante	Customização: sistemas configurados pelo cliente
Produtos de tecnologia e uso específico	Produtos inteligentes com ênfase em interconectividade
Equipamentos dedicados, especializados e rígidos	Equipamentos adaptáveis, programáveis e flexíveis
Comandos e equipamentos eletromecânicos	Comandos e equipamentos mecatrônicos
PLANTA, EQUIPAMENTO E ESCALA	
<i>Lay-out</i> rígido: linhas de produção dedicadas a um produto	<i>Lay-out</i> flexível: linhas de produção adaptáveis e ajustáveis a mudanças de produtos e processos
Grandes unidades produtivas, elevados número de fornecedores e trabalhadores	Plantas menores, redução do número de fornecedores diretos e de trabalhadores
A escala da planta antecipa a demanda futura	Crescimento orgânico segundo demanda real
Equipamentos dedicados especializados e rígidos	Equipamentos adaptáveis, programáveis e flexíveis
Comandos e equipamentos eletrônicos	Comandos e equipamentos mecatrônicos

PROGRAMAÇÃO DA PRODUÇÃO	
Linha de montagem com ritmo fixo, definido pela capacidade produtiva	Ilhas de produção e serviços com ritmo definido pelo fluxo de encomendas
Produção para estoques	<i>Just in time</i>
Reduzir pessoal em períodos de baixa demanda	Usar pontos baixos para manutenção e treinamento
QUALIDADE E PRODUTIVIDADE	
Controle interno e segmentado com medição distinta segundo o departamento	Produtividade e qualidade sistêmica medida ao longo do processo de produção
Testes de qualidade ex post (detecção tardia de erros e produtos defeituosos)	Controle de qualidade integrado ao processo de produção (detecção e eliminação imediata de erros)
Produtos defeituosos ficam ocultados nos estoques	Rejeição imediata de peças com defeitos
Margem de tolerância em qualidade e rejeitos	A meta é zero defeitos e zero rejeitos
Ganhos de produtividade pela redução de custos	Ganhos de produtividade pela expansão do valor adicionado
ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO	
Organização vertical do trabalho	Organização horizontal do trabalho: grupos de trabalho com maior autonomia
Organização de operações ótimas (Existe uma maneira ótima)	Aprendizagem e melhoria contínua - <i>kaizen</i> (Sempre pode haver uma maneira melhor)
Procedimentos e rotinas padronizados	Sistemas flexíveis e práticas adaptáveis
Definição de tarefas para cada indivíduo	Definição de múltiplas tarefas para cada grupo
Especialização em única função gerando a repetição de movimentos	Operário polivalente e multifuncional: apto para várias tarefas e rotação de funções no grupo de trabalho
Trabalhador desenvolve uma visão parcial com foco no seu posto de trabalho e na execução de sua tarefa	Trabalhador desenvolve uma visão sistêmica, combinando atividade de execução, controle de metas, resultados e envolvimento com qualidade e produtividade

Nota: Material utilizado em sala na disciplina de Economia do Trabalho, UFPR.

De fato, as tecnologias de informação e comunicação participam ativamente do novo modelo produtivo, conforme o quadro acima. Mas além da participação das inovações tecnológicas, o novo modelo adotado pelas empresas não mantém os mesmos

postos de trabalho do antigo. A redução do número de empregados faz parte das estratégias de incorporadas pelo novo padrão.

Deve-se ainda destacar que o progresso tecnológico do período foi responsável por diversas transformações da esfera econômica, nos três setores da economia. A revolução tecnológica mexeu com a agricultura, a indústria e o setor de serviços.

O surgimento de novas tecnologias produtivas mudou a estrutura industrial. O trabalho que era realizado pela mão-de-obra foi substituído pelas máquinas. A automatização da produção juntamente com a adoção de novos sistemas organizacionais de produção descritos acima elevou a produtividade industrial. Além das transformações na indústria tradicional os grupos industriais de eletrônica, de informática e de biotecnologia tiveram significativas mudanças.

Porém, a agricultura e o setor de serviços também passaram pela modernização tecnológica. Na agricultura o progresso tecnológico relaciona-se com a automação da produção. Tanto a utilização de instrumentos mecanizados como as inovações nas técnicas de produção causaram grande impacto no campo. Tais transformações possibilitaram que a produtividade nas atividades agrícolas tivesse crescimento.

Já no setor de serviços o avanço está basicamente nas tecnologias de informática e de comunicação. Com a possibilidade de ficarem interligadas ininterruptamente, as empresas puderam dinamizar o contato e a relação entre as empresas. Como exemplo pode-se citar o ramo bancário, pois a adoção de caixas eletrônicos possibilitou o auto-atendimento, facilitando todos os serviços de uma agência, além de contar com o atendimento on-line. Sem sair de casa o cliente pode verificar e movimentar sua conta.

Porém, embora haja resultados positivos na adoção de novos padrões tecnológicos existem também, em todos os setores acima relacionados, os negativos. E estes estão geralmente relacionados ao mercado de trabalho. Mas esse assunto será discutido num novo capítulo do trabalho.

2 A REESTRUTURAÇÃO DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Diante das transformações impostas pelo processo de globalização econômica e defendido pelas principais nações mundiais, nas últimas décadas do século XX, os países, tanto desenvolvidos quanto em desenvolvimento, tiveram que remodelar suas economias. Além de adequar a economia às políticas econômicas sofreram com a reestruturação produtiva.

Os países desenvolvidos se reestruturaram econômica e produtivamente desde meados da década de 1970. a formação dos blocos econômicos, a liberdade comercial e financeira, a internacionalização produtiva e o progresso técnico da Terceira Revolução Industrial foram responsáveis pelo crescimento do comércio entre as nações desenvolvidas, e conseqüentemente, pelo aumento da produtividade e competitividade. Obrigatoriamente, os países da periferia tiveram que passar pelas mesmas transformações, mesmo sendo contra a própria vontade dos governantes. “Feita a reestruturação, ainda que parcial, nos países desenvolvidos, as empresas transnacionais necessitariam reestruturar-se também no Terceiro Mundo, para o que requeriam a imposição do novo ajuste” (CANO, 1998, p. 44).

Sobre as políticas de ajuste impostas pelas nações hegemônicas às economias em desenvolvimento, OLIVEIRA (1998, p. 190) diz o seguinte:

a crise a partir dos anos 70 nos países industrializados, que se aprofundou ao longo da década de 80, abalou, porém, essa solução de compromisso e inaugurou uma nova fase na história do desenvolvimento capitalista. Desde então, as políticas de ajuste que tiveram lugar nos países de industrialização avançada – e que agora se estendem às áreas periféricas da economia mundial – exerceram fortes impactos sobre aquelas formas tradicionais de regulação econômica e social. Fundadas no tripé da liberalização, privatização e desregulamentação, essas políticas estão na base dos processos de reestruturação produtiva.

“As reações ao novo e adverso contexto econômico internacional foram bastante diferenciadas e estiveram condicionadas ao poder competitivo das estruturas produtivas locais e às condições financeiras dos Estados nacionais” (DEDECCA, 1998, p. 165).

Portanto, o crescimento econômico tornou-se condicionado ao progresso técnico das nações. A competitividade e o crescimento da produtividade das empresas baseadas nas novas organizações do trabalho e nas inovações tecnológicas transformaram-se em pontos fundamentais no mundo globalizado. Porém, os resultados, principalmente os negativos, são vistos no mercado de trabalho. Sobre a modernização tecnológica e suas conseqüências sobre o emprego MANZANO (1999, p. 128) diz que

a fim de seguir sua rota de acumulação e constante reprodução do capital, o capitalismo contemporâneo impõe às economias nacionais os lemas da flexibilização, liberalização, privatização e desregulamentação. Sob a alegação de que as novas tecnologias e as modernas formas de gestão da produção demandam uma nova institucionalidade, o capital acaba aimentando o processo de liberalização econômica, intensificando a chamada ‘concorrência desregulada’ que, por sua vez, tende a amplificar os riscos e as incertezas do cálculo econômico, exigindo taxas de retorno cada vez maiores. O resultado conhecido desse circuito perverso é a intensificação das contradições inerentes ao modo de produção capitalista, expressas, principalmente, pela desestruturação do mundo do trabalho, com a precarização do emprego e a brutal ampliação das taxas de desemprego.

Assim, é importante expor separadamente questões como a intensificação da concorrência desregulada nas últimas décadas e a reestruturação produtiva, apresentando também algumas de suas conseqüências.

2.1 A CONCORRÊNCIA DESREGULADA NA GLOBALIZAÇÃO

Em meio aos ideais pregados pelo pensamento econômico predominante no capitalismo contemporâneo, a ampliação da concorrência, o livre comércio e a globalização financeira, nos mais diversos aspectos, foram colocados como soluções para

gerar o crescimento e o desenvolvimento econômico tão perseguido no mundo Ocidental nas décadas recentes.

Porém, as conseqüências são cada vez piores. POCHMANN (2000, p. 27) destaca que, “a o capitalismo organizado do pós-guerra, sobreveio sua desarticulação e ruptura. A acentuada concorrência internacional, a débil capacidade de decisão dos Estados e a intensa desregulamentação do capitalismo neste fim de século XX têm levado a economia mundial em direção a uma crescente desordem”.

Nos últimos tempos, ao invés do crescimento econômico, aumentaram as crises mundiais, geralmente causadas pela ordem financeira, maiores incertezas e instabilidades econômicas, a retração dos investimentos, assim como a subordinação do capital produtivo à dinâmica financeira. Se não bastasse, os Estados nacionais foram obrigados a adotar políticas monetárias e fiscais ortodoxas a fim de assegurar a credibilidade aos mercados financeiros, além de retrai a ação pública na regulação das relações econômicas individuais, setoriais, nacionais e internacionais (MATTOSO, 1998, p. 67).

Mas as transformações não param por aí. Segundo POCHMANN (2000, p. 28)

podeñ também ser observadas mudanças profundas na ordem internacional em meio às transformações estruturais generalizadas e que efetivamente resultam em um acentuado processo de internacionalização e de mudanças nos paradigmas tecnológicos e organizacionais até hoje dominantes. A reestruturação do capital realizada em um quadro geral de globalização financeira, instabilidade econômica e de surgimento de uma nova onda de inovações tecnológicas, produtivas e organizacionais rompeu com o padrão de concorrência e com os instrumentos e mecanismos nacionais e internacionais que antes o regulavam.

Sobre as conseqüências imediatas de tais mudanças, ainda fala que “mantidas a concorrência e a competitividade aí geradas como um atributo exclusivo das empresas, estas tendem a uma concorrência progressivamente predatória, sendo cada vez mais

internalizadas as inovações tecnológicas e organizacionais e externalizados seus efeitos deletérios”.

Diante da situação, setores inteiros sentem-se obrigados a readequação para sua sobrevivência. A busca pela competitividade torna-se incessante. A reestruturação dos padrões de produção passa para um grau de importância ainda mais elevado. Tudo em função da necessidade de competir das empresas.

2.2 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Conseqüência da concorrência desregulada, a reorganização produtiva tornou-se algo necessário, principalmente aos países em desenvolvimento. Primeiro, porque para atuar num mercado globalizado, devem-se buscar custos de produção cada vez menores. Depois porque a reestruturação possibilita aumentar a produtividade do capital assim como melhorar a qualidade. Portanto, as empresas, geralmente grandes corporações, passaram a adotar novas estratégias empresariais visando competitividade e produtividade. O QUADRO 02 apresenta separadamente tais estratégias.

QUADRO 02 – NOVAS ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS

Estratégias de competitividade	Estratégias de produtividade
<ul style="list-style-type: none"> - desverticalização da produção; - diversificação dos produtos; - recomposição da produção interna com a externa (novo <i>mix</i> de produção); - elevação na qualidade dos produtos; - redução dos custos de produção; - mudança no <i>lay-out</i> da produção; - redefinição dos fornecedores (<i>just-in-time</i>); - inovações tecnológicas e organizacionais; - nova conduta empresarial (desnacionalização, <i>joint-venture</i>, fusão, incorporação ou abandono da atividade) 	<ul style="list-style-type: none"> - flexibilização produtiva (economia de escopo); - redução de custos e do tempo morto; - desmonte de parte da estrutura produtiva; - programas de qualidade total e gestão participativa; - programas de remuneração variável e distintos contratos de trabalho; - programas de reengenharia; - terceirização e subcontratação de mão-de-obra; - melhor aproveitamento das possibilidades de economia de escala (redução dos estoques); - redefinição do conteúdo da atividade empresarial: fechamento da empresa ou passagem à representante comercial

Extraído de POCHMANN (2001, p. 44).

Porém, o mercado de trabalho geralmente é o principal afetado pela modernização. MATTOSO (1998, p. 64) afirma da seguinte maneira:

resultante da concorrência entre os capitais, o objetivo da introdução das inovações – elevar a produtividade e reduzir o trabalho vivo incorporado à produção – parece, quando visto unicamente ao nível de uma empresa, setor ou região, transformar-se, como uma fatalidade, em desemprego e precarização do mercado de trabalho. Esses males da sociedade contemporânea parecem, então, resultar apenas da reestruturação produtiva, das novas formas de organização do trabalho, da maior utilização da inovação tecnológica em tal empresa, tal setor, tal região.

Embora a reestruturação produtiva esteja diretamente relacionada com as inovações no campo tecnológico, não pode deixar de lado a reestruturação das empresas na questão organizacional. O processo de reestruturação corresponde não apenas às inovações tecnológicas ou às organizacionais separadamente, mas sim ao conjunto, tanto que POCHMANN fala basicamente da reestruturação capitalista no âmbito geral. Ambos têm participação sobre os ganhos com a produtividade e competitividade nas empresas, assim como grande influência sobre o desemprego.

No que diz respeito aos avanços da tecnologia, a reestruturação produtiva ocorre basicamente pela substituição de mão-de-obra por capital, ou melhor, máquinas. A automatização da produção é uma das principais conseqüências da modernização tecnológica, nos mais diversos setores. “O progresso técnico não alcança somente os novos campos da atividade econômica como a biotecnologia, a informática, e a automação industrial, mas tem-se difundido amplamente, com investimentos racionalizadores na produção e no emprego em setores mais tradicionais” (POCHMANN, 2000, p. 33).

Já as inovações organizacionais focam a gestão empresarial e a organização do processo produtivo a fim de elevar sua produtividade e competitividade. Considerando a transição em curso do modelo de produção industrial, MEINERS (2002, p. 18) cita que:

O paradigma de produção em massa fordista perde sua capacidade de crescimento e sobrevivência (competitividade) em relação ao novo paradigma de gestão da produção enxuta, impondo, para as empresas, mudanças em equipamentos, *lay-out* de fábricas e produtos, mudanças na organização social do trabalho, nos sistemas de gestão, nas demandas de infraestrutura, nas relações de mercado, no aparato regulatório do estado e nas relações humanas e familiares.

POCHMANN (2000, p. 35) apresenta cinco características da estratégia de reestruturação capitalista, que são as seguintes: i) conduta empresarial; ii) investimento em tecnologia; iii) novas relações de produção; iv) novas formas de gestão dos recursos humanos; e v) mudanças no sistema de relações de trabalho. Para cada um destes itens ele descreve o conteúdo e seus respectivos efeitos.

De acordo com as estratégias de reestruturação expostas no QUADRO 03, verificam-se as conseqüências da modernização produtiva. Em todas as estratégias, os ganhos na produtividade são percebidos. Embora não esteja descrito, algumas das inovações organizacionais participam, ainda que indiretamente, sobre a produtividade. Por exemplo, as mudanças no sistema de relações de trabalho geram efeitos sobre a eficiência no trabalho. Sendo maior a eficiência, maior também será o aumento da produtividade.

Porém, os principais efeitos estão relacionados ao mercado de trabalho. E pior, os efeitos são nocivos aos trabalhadores porque a redução do número de empregados é o resultado obtido em todas as características apresentadas na estratégia de reestruturação capitalista. E ainda mais, além do desemprego ocorrem ainda outras mudanças, como a subcontratação, a desregulamentação do mercado de trabalho, flexibilização das leis trabalhistas, a redução dos benefícios sociais dos trabalhadores, assim como o aumento da informalidade no mercado de trabalho.

QUADRO 03 – CARACTERÍSTICAS DA ATUAL ESTRATÉGIA DE REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA

Características	Conteúdo	Efeitos	
		Emprego	Outros
Conduta empresarial	Desverticalização da produção, focalização em atividades competitivas e lançamento de novos e diversificados produtos.	Redução do emprego direto e maior subcontratação de trabalhadores.	Produtividade aumenta.
Investimentos em tecnologia	Mudança da base técnica de produção	Redução do emprego direto na produção	Produtividade e qualidade aumentam.
Novas relações de produção	Alteração da organização da produção (<i>just in time</i> , <i>lay out</i> , logística, redução do tamanho da planta, terceirização e parcerias com fornecedores).	Redução do emprego no controle de qualidade, na manutenção, na administração e controle de estoques, entre outros.	Rapidez nas decisões sobre o que e quanto produzir.
Novas formas de gestão dos recursos humanos	Alteração da organização interna do trabalho, com redução de hierarquia, trabalho em ilhas, trabalho mais qualificado no núcleo estável e pouco qualificado nas atividades secundárias.	Redução do emprego nos segmentos administrativos e de supervisão.	Maior treinamento dos empregados, eventual estabilidade e alteração na jornada no trabalho, informalização do trabalho nos postos secundários.
Mudanças no sistema de relações de trabalho	Formas participativas nas decisões empresariais, com incentivos monetários de acordo com meta de produção, negociação descentralizada para o núcleo estável dos empregados, tendo a remuneração nos postos secundários a referência no salário mínimo e a perda de vantagens sociais	Redução do emprego regular nas atividades secundárias (segurança, alimentação, transporte, limpeza, entre outras).	Maior disciplina e eficiência no trabalho, com crescimento do espírito de corpo dos funcionários.

Extraído de POCHIMANN (2000, p. 35).

Mais adiante, especialmente nos capítulos 03 e 05, o desemprego será tratado com maior ênfase, procurando identificar a participação das transformações acima descritas na exclusão de postos de trabalho nos vários setores econômicos, pois as estratégias destinam-se não apenas ao setor produtivo industrial, mas também aos setores primário e de serviços.

3 O DESEMPREGO DIANTE DA REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA

Diante das transformações do capitalismo contemporâneo, reestruturação produtiva, modernização tecnológica, adoção de políticas neoliberais, globalização econômica, tanto economias desenvolvidas como os países periféricos sofreram com impactos negativos no mercado de trabalho.

O desemprego se tornou nas últimas décadas um assunto de relevância mundial, e, desde os cidadãos comuns até os governantes nacionais passaram a se preocupar com o mesmo. Em alguns países o desemprego é um fenômeno recente, como destaca POCHMANN (2000), que separa os países em três grupos, os capitalistas avançados, as ex-economias socialistas e a periferia capitalista.

Para o primeiro grupo, o desemprego se agravou a partir da década de 1970. Já para as ex-economias socialistas, o desemprego é um fenômeno ainda mais recente, pois passou a ocorrer do final da década de 1980 em diante, juntamente com a transição do regime socialista para o capitalismo. Com relação ao terceiro grupo, o desemprego não é nenhuma novidade. Permaneceu constante na maioria dos países, porém, dependente dos níveis de crescimento da atividade econômica.

“Dentre as diversas causas do desemprego, uma está associada à tecnologia, ou seja, as inovações tecnológicas podem ser responsáveis pela redução do emprego” (BASTOS, 1997). Porém, além da redução do número de empregos pela reestruturação tecnológica, o desemprego é afetado por outras causas de constante ocorrência no século XX. POCHMANN (1998, p. 223-4) apresenta três tipos de desemprego: i) desemprego conjuntural; ii) desemprego disfarçado; e iii) desemprego estrutural.

O desemprego conjuntural associa-se ao nível de atividade econômica, geralmente, representado pelas taxas de crescimento do PIB. Conforme a aceleração ou

desaceleração das taxas de crescimento, o desemprego aumenta ou diminui, respectivamente. Neste caso o desemprego está condicionado às flutuações da economia, assim como ao “manejo das políticas fiscais, monetárias e comerciais”.

Já o desemprego disfarçado ocorre com a precarização do mercado de trabalho. “O trabalhador, com dificuldade de acesso ao mercado formal de trabalho, não encontra mecanismos que proporcionem renda adequada à manutenção do seu padrão de vida”. Assim o trabalhador obriga-se a viver no subemprego, com regime de trabalho sem reconhecimento legal e em condições precárias de trabalho.

O terceiro tipo de desemprego, e que será tratado com maior ênfase, o desemprego estrutural, “decorre do baixo e prolongado dinamismo econômico, da destruição de ocupações tradicionais no campo, da rápida mudança na base técnica, da carência educacional, da desregulamentação do mercado de trabalho, da abertura inadequada da economia, etc”. Embora o desemprego tecnológico não esteja sendo apresentado especificamente, a definição do estrutural torna possível relacioná-los. Portanto, quando houver a referência do desemprego estrutural, o objetivo será expor o causado pela modernização tecnológica. Conseqüentemente pode ser entendido como tecnológico.

3.1 O DESEMPREGO TECNOLÓGICO

Embora as transformações tecnológicas e suas conseqüências sobre a economia mundial tenham sido evidentes no século XX, o desemprego tecnológico, que segundo CESAR JR (2004) é um dos problemas mais graves que se coloca no início do terceiro milênio, não é um fenômeno recente. Tanto que o economista clássico David Ricardo em sua obra *Princípios de economia política e tributação*, assim como Marx, Schumpeter e outros pensadores já evidenciavam as conseqüências da modernização tecnológica sobre o desemprego em suas obras.

Com o avanço da modernização tecnológica, no contexto da globalização econômica, a concentração do capital torna-se visível nos setores produtivos. Para aumentar a produtividade, reduzir custos e competir em igualdade no mercado globalizado, novas máquinas e sistemas produtivos são implantados. Aí é onde se encontra o problema. A incorporação de tecnologia nos processos produtivos pode ser considerada, na maioria das vezes, como poupadora de mão-de-obra.

Diante das inovações tecnológicas o trabalho que era desempenhado por diversos trabalhadores pode ser executado por apenas uma pessoa com a adoção de novas máquinas. E o trabalhador que foi substituído por máquinas ou processos produtivos mais modernos dificilmente voltará ao posto anteriormente executado.

Sobre a relação entre a modernização tecnológica e o desemprego, PASTORE (1998) destaca que “a simples coincidência de avanços tecnológicos com o aumento do desemprego não é suficiente para se concluir que a tecnologia seja destruidora de empregos”. Isto porque outros fatores devem ser considerados na análise, pois tecnologia e emprego também se relacionam com fenômenos econômicos, institucionais, educacionais e até mesmo políticos. Enfatiza ainda que “as conseqüências sociais desses avanços tecnológicos são imensas. As tecnologias expandem oportunidades comerciais e transformam os mercados de trabalho. Surgem novas ocupações, novas necessidades e novas possibilidades de trabalho”.

Porém, na maioria dos casos a exclusão de postos de trabalho num determinado setor não é compensada pelo crescimento noutros. Além da substituição dos postos de trabalho por máquinas, a modernização tecnológica traz outro um grave efeito sobre o mercado de trabalho, a exclusão dos profissionais menos qualificados. Segundo RIFKIN, citado por PASTORE, nem mesmo o retreinamento e realocação não são capazes de diminuir os impactos sobre o desemprego. Diz que “alguns trabalhadores estão sendo retreinados, conseguindo obter bons empregos em ocupações qualificadas. Mas, a maioria

não consegue. Os desempregados são muito mais numerosos do que os poucos empregos de alta tecnologia”.

Já outros autores não são tão pessimistas quanto Rifkin. Admitem que os efeitos tecnológicos têm impacto sobre o emprego, causando uma revolução nas empresas que são levadas a demitir, admitir, treinar, retreinar, reciclar e reconverter os trabalhadores. A medida que a automação vai tomando conta do espaço do trabalhador, a qualificação entra em cena e exclusão dos menos qualificados fica evidente.

Dentre os impactos da automação o principal está sobre a composição da força de trabalho, pois, ao se introduzir máquinas e computadores nos processos produtivos a tendência é que haja o aumento da proporção de trabalhadores mais qualificados (PASTORE, 1998). Sobre a qualificação será dada mais ênfase a seguir.

3.2 O PROBLEMA DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

No processo de reestruturação produtiva, onde novos padrões organizacionais e de produção foram introduzidos, as empresas passaram a buscar um novo perfil dos trabalhadores. Aumentou a demanda por mão-de-obra qualificada. Segundo POCHMANN (2001, p. 52)

o avanço na concorrência intercapitalista e a adoção de um novo paradigma tecnológico estariam provocando alterações significativas nas economias avançadas. Parece não haver dúvidas sobre o crescimento de importância das ocupações caracterizadas como superiores e de postos diretos, responsáveis pela utilização de trabalhadores com maior exigência de qualificação e escolaridade. Ao mesmo tempo, as profissões inferiores (operações simples e manuais), ainda majoritárias na estrutura ocupacional, estariam perdendo participação relativa.

“Considerando o novo padrão tecnológico, pode-se afirmar que agora as tarefas exigem uma compreensão mais global do processo, fazendo com que a força de trabalho interaja de forma mais criativa com o sistema produtivo. Em consequência o trabalhador

deve possuir maiores habilidades cognitivas para se inserir no mundo do trabalho” (ROSANDISKI e SILVA, 1999, p. 145).

A modernização tecnológica influi na escolha dos trabalhadores, principalmente quando há grande número de desempregados na economia. As inovações técnicas num mercado com excesso de mão-de-obra exigem uma base mínima de conhecimento, um grau básico de qualificação. Os trabalhadores com menor grau de instrução, vão sendo automaticamente excluídos do mercado formal de trabalho.

“O mercado de trabalho, a partir daí, torna-se ainda mais seletivo e excludente, expulsando os trabalhadores menos qualificados, e sendo até mesmo mais rígido com os mais qualificados, tendo em vista o aumento de sua participação na taxa de desemprego” (PICCHETTI e CHAHAD, 2003, p. 08).

A educação torna-se prioridade na qualificação profissional. Se o trabalhador perde o emprego em consequência da modernização, deve imediatamente buscar qualificar-se para que possa retornar ao mercado de trabalho. Deve pensar em aumentar seu grau de escolaridade, assim como passar por uma triagem, cujo objetivo principal é a capacitação profissional.

Porém, na maioria das vezes que o trabalhador perde o emprego não retorna à função antes desenvolvida. A composição do mercado de trabalho transforma-se. Em muitos casos, quando o trabalhador perde o emprego, na indústria ou no campo, não retornará ao mesmo setor. Isso porque o setor de serviços é o que tem apresentado maior dinamismo no capitalismo moderno. Portanto, elevar a qualificação profissional é de grande importância para a reintegração no mercado de trabalho.

4 O BRASIL E A ABERTURA DA ECONOMIA

Se o processo de globalização econômica, de liberalização comercial, frente aos ideais neoliberais esteve presente na maioria das economias avançadas, no Brasil e nas economias emergentes não foi diferente. Como a globalização propunha a abertura da economia, tanto no comércio quanto nos fluxos de capital, o país não teve outra escolha, senão adotar tais propostas, sem contar com a grande dependência de capital externo.

E os primeiros passos para a abertura foram dados logo no início da década de 1990, pelo governo Collor, que tinha como objetivo a reestruturação da produção nacional. Tudo para que a indústria tivesse condições de competir internacionalmente. Mas a abertura comercial não parou por aí. Foi ainda maior com a implantação do Plano Real, a partir de 1994, que tinha como interesse básico conter as elevadas taxas de inflação, até então, incontroláveis no país. Por isso ambos os governos serão apresentados separadamente.

4.1 O GOVERNO COLLOR

Depois de passar toda a década de 1980 com a economia estagnada, convivendo com o crescimento galopante da inflação, o governo Collor propôs a liberalização comercial e financeira na tentativa de recolocar o país na rota do crescimento que vigorou no Brasil entre 1930 e 1970. A abertura econômica era, portanto, elemento central da política industrial do governo.

Basicamente, a política era composta pela remoção da proteção da indústria brasileira e pela indução de transformação mediante a reestruturação produtiva. Sempre visando criar condições para concorrer internacionalmente, gerar competitividade.

De acordo com MANZANO (1999, p. 130) “a fim de promover a integração da economia brasileira ao mercado globalizado, os defensores do chamado modelo de

‘inserção externa’ propõem uma maior exposição da indústria nacional à concorrência estrangeira, como forma de forçar uma modernização produtiva capaz de ampliar a competitividade da economia e, assim, conferir sustentabilidade ao crescimento econômico brasileiro”.

“O processo de abertura da economia nacional induziu o setor produtivo a intensos ajustes em busca da competitividade, tanto em função do decréscimo das barreiras alfandegárias quanto pela redução da demanda agregada interna” (MENEZES e FONSECA, 2003, p. 16).

Porém, a política de integração econômica, que deveria ocorrer de maneira defensiva para as empresas, não foi bem implementada. Houve a eliminação de barreiras e tarifas alfandegárias, expondo a indústria brasileira à concorrência desregulada. OLIVEIRA (1998, p. 198), sobre a abertura comercial e reestruturação da indústria brasileira, diz que

a partir dos anos 90, houve uma retomada da reestruturação de nosso parque produtivo, mas a regra geral foi a desestruturação da indústria nacional. A abertura comercial iniciada no governo Collor [...] não foi acompanhada por uma política industrial que possibilitasse a incorporação dinâmica de progresso técnico e uma forma de reestruturação produtiva capaz de permitir que nossa economia se preparasse para um cenário de crescente concorrência externa.

Deve-se ainda destacar que o processo de reestruturação e realinhamento competitivo dependia e abria espaços cada vez maiores para as políticas neoliberais. Para ajustar os desequilíbrios em conta corrente, os mecanismos utilizados foram, a entrada de capital de curto prazo, a abertura do processo de privatização das empresas estatais e os investimentos diretos estrangeiros em setores de infra-estrutura. Daí em diante tais políticas ganharam cada vez mais espaço nas políticas macroeconômicas do país, trazendo sérias conseqüências no decorrer dos anos.

4.2 O PLANO REAL

A economia brasileira exposta à concorrência desregulada devido a abertura comercial no governo Collor, abriu ainda mais a economia a partir de 1994 com o plano de estabilização econômica, o Plano Real, implementado pelo Ministro da Fazenda, que logo depois se tornou Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

O Plano Real, cujo objetivo era regular o problema da inflação no país, foi composto basicamente por regras políticas de ajuste neoliberal. A abertura econômica foi utilizada para aumentar a concorrência externa a fim de propiciar a redução dos preços internamente. Sobre a abertura comercial no Plano Real, GUIMARÃES citado por MENEZES e FONSECA (2003, p. 16) destaca que “a abertura passa a desempenhar também um papel explícito no contexto da política de estabilização. Trata-se, agora de utilizar a exposição do setor produtivo à concorrência externa como um mecanismo voltado para assegurar a estabilidade de preços e, assim, viabilizar o sucesso da política de combate à inflação”.

Além da exposição da economia brasileira à concorrência mediante nova rodada de redução tarifária durante a implantação do Plano Real, outro instrumento de política de liberalização foi adotado, a utilização de taxas cambiais valorizadas. Desde implementado, o novo programa de estabilização propôs a valorização cambial para atingir a estabilização inflacionária. Inicialmente foi utilizado o sistema de câmbio fixo, onde R\$ 1 valia US\$ 1. Porém, este sistema foi insustentável frente à fragilidade da economia brasileira e às incertezas mundiais. Mesmo depois da mudança para o câmbio flutuante, as taxas de câmbio continuaram irreais para o país, mas, com o decorrer do tempo foi se depreciando, principalmente durante as crises mexicana, asiática e russa, onde a economia brasileira sofreu fortes turbulências, vindo à tona suas principais fragilidades.

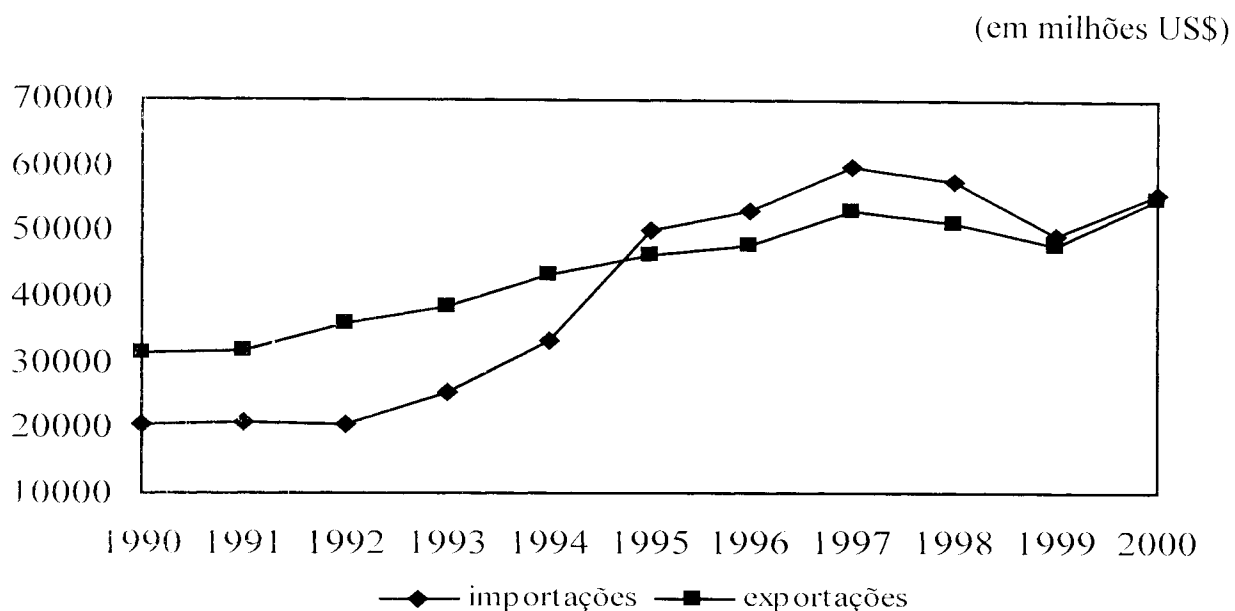
Uma das conseqüências da apreciação cambial é a fragilização da balança comercial, que conseqüentemente implica no surgimento do déficit em transações correntes. Daí existe duas opções de escolha, a desvalorização cambial ou o financiamento externo mediante altas taxas de juros. Na primeira hipótese, a desvalorização cambial, provocaria o equilíbrio da balança comercial e minimizando os impactos sobre o saldo de transações correntes. Na segunda, teria que manter as taxas de juros elevadas para atrair capital estrangeiro, principalmente de curto prazo, a fim de honrar seus compromissos no exterior e não abandonar a política de valorização cambial, peça chave no plano de estabilização. E essa foi a opção do governo brasileiro no Plano Real.

A taxa de câmbio supervalorizada numa economia aberta deixa os produtos estrangeiros mais baratos, expondo as indústrias nacionais à concorrência externa. Foi o que aconteceu no Brasil durante o Plano Real. O câmbio valorizado proporcionou um nível maior de abertura comercial, permitindo maior concorrência da indústria nacional com os produtos importados.

Os resultados da valorização cambial podem ser vistos no saldo da balança comercial brasileira que passou por uma significativa transformação durante a década. Conforme o GRÁFICO 01, os saldos comerciais tornaram-se negativos a partir de 1995, mantendo-se até o final da década.

Nos primeiros anos do período o volume de importações manteve-se praticamente inalterado, porém, do início do Plano Real, meados de 1994, em diante as importações excederam os valores das exportações, impulsionadas pelo câmbio supervalorizado. Os déficits chegaram a aproximadamente US\$ 7 bilhões em 1997. Apenas em 1999 é que os déficits comerciais se reduzem, motivados pela desvalorização cambial, conseqüência da política cambial insustentável do governo. De US\$ 6 bilhões negativos registrados em 1998 o saldo passou para aproximadamente US\$ 1 bilhão em 1999.

GRÁFICO 01 – EVOLUÇÃO DAS IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES, BRASIL – 1990-2000



Fonte: Funcex

Extraído de www.ipeadata.gov.br

Mas a redução dos saldos comerciais foi impulsionada pelo aumento significativo do volume de importações de variados tipos de bens. COUTINHO (1995, p. 229-30) destaca que a política de abertura comercial implementada desde 1991, e acelerada a partir do Plano Real, com o câmbio valorizado induziram à aceleração das importações nas respectivas áreas: i) de bens duráveis de consumo (automóveis, a linha branca, eletrodomésticos leves, áudio-vídeo); ii) insumos e bens intermediários (componentes, partes, peças e matérias-primas em todas as cadeias industriais); iii) bens de capital; e iv) bens finais de consumo não duráveis.

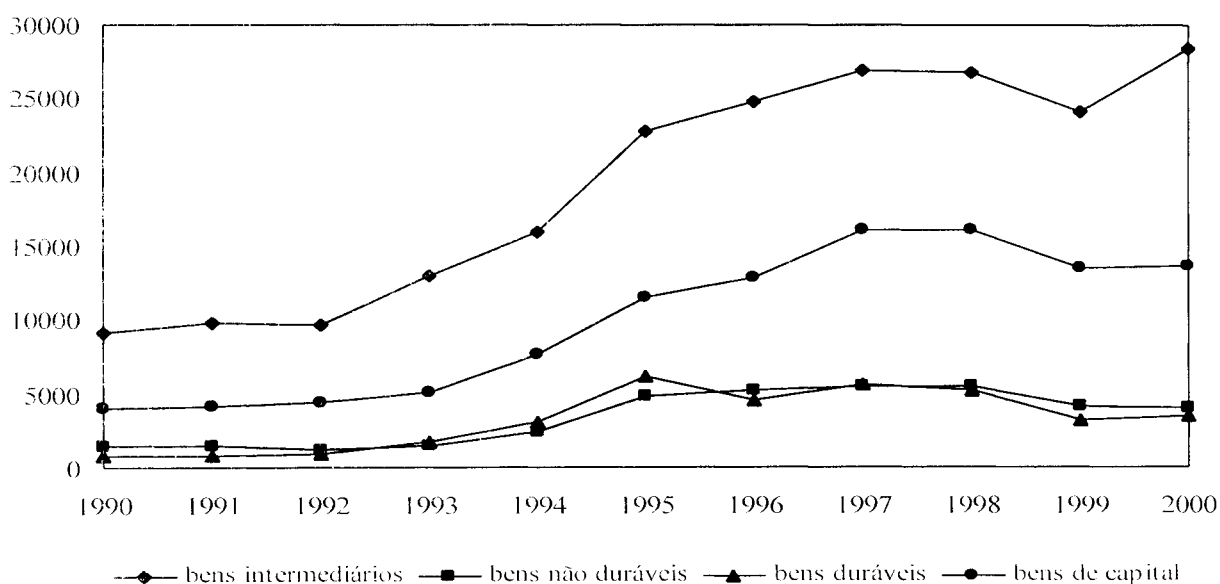
O GRÁFICO 02 mostra a evolução das importações durante a década para as áreas descritas acima. Pode-se notar que em todos os casos houve o crescimento nas importações, principalmente a partir de 1994, destacando-se o aumento na compra dos bens intermediários e os de capital, que em 1998 eram aproximadamente três vezes maior

que em 1990. De US\$ 9 e US\$ 4 bilhões aproximadamente em 1990, as importações de insumos e bens intermediários e de bens de capital passaram para US\$ 28 e US\$ 13 bilhões respectivamente em 2000.

Mas o crescimento do volume de importações de bens duráveis e não duráveis também merecem destaque. Em ambos os casos o aumento das importações foi semelhante ao dos bens intermediários e de capital. Com o produto importado mais barato que o nacional e sem barreiras restritivas à entrada dos mesmos o consumo de importados aumentou significativamente.

GRÁFICO 02 – IMPORTAÇÕES DE BENS INTERMEDIÁRIOS, DURÁVEIS, NÃO DURÁVEIS E DE CAPITAL, BRASIL – 1990-2000

(em milhões US\$)



Fonte: MDIC/Secex

Extraído de www.ipostatata.gov.br

Os produtos importados, que podiam entrar no país com preços melhores e competitivos obrigaram a queda dos preços locais, reduzindo, portanto, as taxas de

inflação. Diante da situação o setor produtivo teve que arcar com as conseqüências, primeiro porque muitos setores não estavam preparados devidamente para enfrentar a concorrência, e depois porque a manutenção da política cambial obrigou que as taxas de juros fossem mantidas em níveis elevadíssimos para manter um fluxo financeiro representativo para dar credibilidade às políticas econômicas adotadas.

MENEZES e FONSECA (2003, p. 17) ressaltam que os impactos da valorização cambial sobre o setor produtivo exportador foram negativos, principalmente porque com a apreciação do câmbio os exportadores perdiam competitividade. “Contudo, seu impacto sobre os setores não exportadores era de certa forma, favorável, já que tinha efeito positivo sobre os custos e não tinha conseqüências do ponto de vista dos preços que podiam praticar no mercado”.

Para diversas indústrias a abertura comercial com câmbio valorizado possibilitou investimentos produtivos. A aquisição de novas máquinas e conseqüentemente, a modernização em muitos ramos Industriais foi possível graças à facilidade de comprar com o importado mais barato. Tanto que o próprio GRÁFICO 02 já apresenta o crescimento no volume de importações de bens de capital durante a década. Mas no mesmo tempo que a modernização beneficia o setor produtivo prejudica a mão-de-obra, pois reduz os postos de trabalho.

4.3 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA BRASILEIRA

Como a economia brasileira não estava preparada para a concorrência internacional teve que buscar novas formas de produção, inovando e adequando as formas produtivas ao capitalismo mundial. POCHMANN (2000, p. 30) destaca que “com a retomada da política de subordinação passiva pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (com a abertura indiscriminada, valorização cambial e dependência de capitais

de curto prazo) e na ausência de acordos setoriais ou nacionais, os empresários continuam o processo de reestruturação do início da década”.

De acordo com PRADO (1999, p. 19) a valorização cambial foi uma das responsáveis pela modernização tecnológica, pois destaca o seguinte:

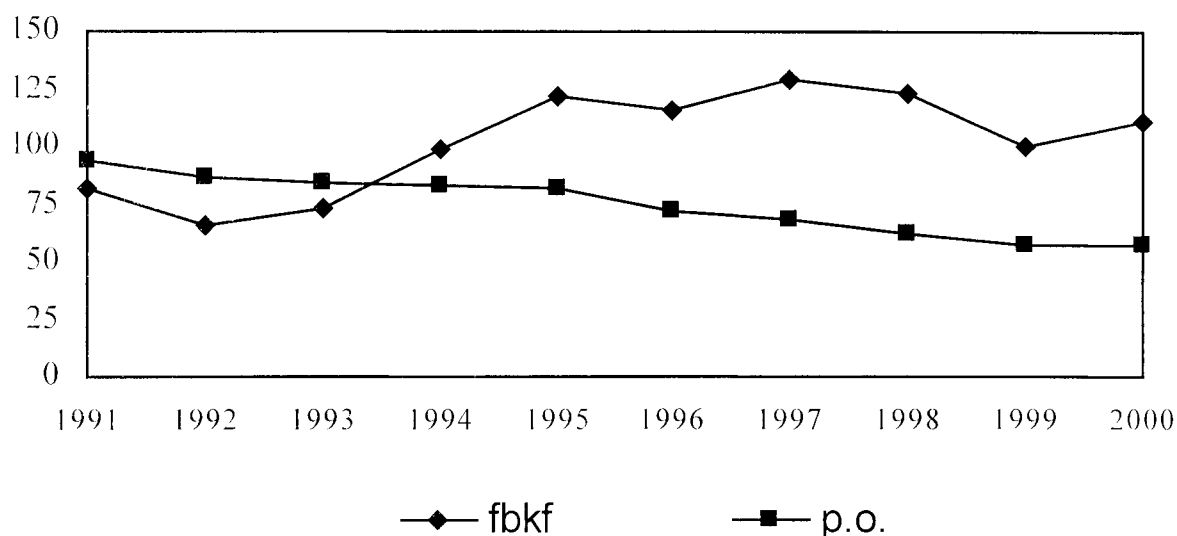
a queda da demanda pela produção interna (inclusive agrícola), como fator de elevação do desemprego, é acompanhada pelo aumento das importações de bens de capital, estimulado tanto pela necessidade de atualização tecnológica da base produtiva, para aumentar a capacidade de enfrentar a concorrência da produção importada, como pela queda relativa dos preços de bens de capital por causa da sobrevalorização do real.

Considerando a formação bruta de capital fixo, o GRÁFICO 03 apresenta os índices anuais do consumo aparente de máquinas durante a década de 1990, confirmando a modernização do processo produtivo. De acordo com o gráfico deve-se destacar que o índice do consumo de máquinas, representado pela linha fbkf, teve crescimento acelerado a partir de 1993 e 1994, ou seja, justamente quando o câmbio sofreu o ajuste. Entre 1994 e 1998 foi que o consumo de máquinas atingiu suas maiores marcas. Relacionando o consumo de máquinas com o pessoal ocupado na indústria geral, pode-se perceber que no mesmo tempo que houve o aumento no capital fixo o índice do pessoal ocupado foi declinando ano a ano. Fica clara a substituição de mão-de-obra por capital fixo, ou melhor, máquinas.

Porém, parte significativa da reestruturação produtiva não esteve apenas relacionada à incorporação de máquinas, mas também pela adoção de novas técnicas produtivas. Sobre o processo de reestruturação das grandes empresas no Brasil POCHMANN (2000, p. 92) destaca que a tendência esteve em “concentrar nas decisões sobre a reorganização da produção (*just in time*, controle estatístico de processo, *lay out*, logística, entre outros), na gestão dos recursos humanos (terceirização da mão-de-obra,

redução de hierarquias funcionais, treinamento de mão-de-obra, incentivos monetários, entre outros) e na conduta empresarial (desverticalização da produção, focalização, lançamento de novos e diversificados produtos)”.

GRÁFICO 03 – INDICE DE PESSOAL OCUPADO NA INDÚSTRIA GERAL E INDICE DE CONSUMO APARENTE DE MÁQUINAS, BRASIL – 1991-2000



Fonte: IPEA e PIM/IBGE

Extraído de www.ipeadata.gov.br

Dentre os ganhos da reestruturação produtiva da década de 1990, está o crescimento da produtividade do trabalho, que de acordo com a TABELA 01 evoluiu em diversos ramos de atividade na economia brasileira, principalmente na indústria. Olhando para os três períodos destacados na tabela, 1990-1993, 1994-1997 e 1998-2000, verifica-se que no primeiro o número de ramos de atividade que apresentaram crescimento acima de 10% foi maior. Cerca de dez dos ramos citados ultrapassaram ou ficaram muito perto de atingir esta marca de crescimento anual. Já o terceiro período é o que apresenta a maior quantidade de ramos com taxas negativas de crescimento.

Se consideradas as taxas de crescimento da produtividade durante o período 1990-2000, os ramos de siderurgia, de fabricação de aparelhos de material eletrônico, de refino de petróleo e indústria petroquímica, na indústria, e o de comunicações, no setor de serviços ficaram acima de 8% ao ano. Porém, não é porque os outros ramos não tiveram tão representativo crescimento que deixam de ter sua importância. Tanto que as taxas médias de produtividade do trabalho cresceram na grande maioria dos ramos de atividade. Só não cresceram aqueles que possuem características de baixa produtividade.

TABELA 01 – TAXAS MÉDIAS DE CRESCIMENTO ANUAL DA PRODUTIVIDADE DO TRABALHO NO BRASIL, SEGUNDO SETORES E ATIVIDADES – 1990-2000

Setores/Atividades	1990-1993	1994-1997	1998-2000	1990-2000
Agropecuária	0,58	6,13	(0,34)	3,01
Indústria	4,47	4,88	(0,52)	3,23
Indústria extrativa	2,95	11,69	4,96	7,24
Extrativa mineral (exceto combustíveis)	3,41	9,70	1,39	5,29
Extração de petróleo e gás natural, carvão e outros combustíveis	3,67	13,56	(5,44)	4,77
Indústria de transformação	4,58	4,66	(0,79)	3,08
Fabricação de minerais não metálicos	4,77	5,73	(3,15)	3,85
Siderurgia	11,33	10,02	8,05	9,85
Meturgia dos não-ferrosos	10,87	4,93	8,80	6,83
Fabricação de outros produtos metalúrgicos	7,28	1,57	(0,33)	2,66
Fabricação e manutenção de máquinas e tratores	8,25	2,50	2,00	4,69
Fabricação de aparelhos e equipamentos de material elétrico	15,74	6,46	7,24	8,58
Fabricação de aparelhos e equipamentos de material eletrônico	10,01	8,08	(6,75)	4,36
Fabricação de automóveis, caminhões e ônibus	18,81	9,93	(3,29)	8,31
Fabricação de outros veículos, peças e acessórios	11,51	7,89	(0,81)	6,14
Serrarias e fabricação de artigos de madeira e mobiliário	1,63	1,87	(0,25)	1,29
Indústria de papel e gráfica	8,54	2,87	(0,34)	3,17
Indústria da borracha	7,61	10,50	2,92	6,76
Fabricação de elementos químicos não petroquímicos	5,04	3,66	1,34	5,24
Refino de petróleo e indústria petroquímica	8,46	9,71	3,47	9,37
Fabricação de produtos químicos diversos	8,66	2,96	1,78	4,53
Fabricação de produtos farmacêuticos e de perfumaria	(0,12)	4,50	1,30	1,68

(Continuação)

Indústria de transformação de material plástico	2.42	2.68	(16.39)	(1.51)
Indústria têxtil	2.33	6.50	(7.78)	1.57
Fabricação de artigos do vestuário e acessórios	(4.24)	0.78	0.41	(0.83)
Fabricação de calçados e de artigos de couro e peles	3.97	3.72	(4.23)	0.10
Indústria do café	3.89	(2.49)	10.58	2.07
Beneficiamento de produtos de origem vegetal, inclusive fumo	3.29	4.41	(3.22)	1.95
Abate e preparação de carnes	1.12	6.00	(3.51)	0.34
Resfriamento e preparação do leite e laticínios	(4.71)	9.84	1.12	1.82
Indústria do açúcar	(7.01)	6.83	(5.04)	1.20
Fabricação e refino de óleos vegetais e gorduras para alimentação	5.01	4.40	6.71	7.62
Outras indústrias alimentares e de bebidas	1.04	3.60	2.18	2.68
Indústrias diversas	(1.73)	6.64	0.84	1.52
Serviços industriais de utilidade pública	4.88	13.56	10.73	9.51
Construção civil	2.36	2.01	(0.93)	1.27
Serviços	(0.99)	0.23	0.27	(0.48)
Comércio	(1.50)	3.08	(1.65)	(0.04)
Transporte	3.18	1.24	0.48	0.79
Comunicações	10.61	16.75	15.97	10.63
Instituições financeiras	0.45	2.82	0.67	2.03
Serviços prestados às famílias	1.93	(1.96)	1.16	(0.45)
Serviços prestados às empresas	1.34	(1.17)	1.07	(0.10)
Aluguel de imóveis	13.17	0.70	(4.63)	3.12
Administração pública	0.48	3.17	0.20	1.57
Serviços privados não-mercantis	(3.24)	(1.27)	(0.39)	(1.81)
Total da economia	0.33	2.63	(0.53)	0.92

Fonte: IBGE – Sistema de Contas Nacionais.

Elaboração: IBQP

Nota: Material utilizado em sala na disciplina de Economia do Trabalho, UFPR.

Embora o resultado da reestruturação produtiva, através da adoção de novas técnicas e da incorporação de novas tecnologias, tenha sido responsável pelo o aumento da produtividade e da competitividade, nem tudo foi positivo. Ao mesmo tempo em que a reestruturação produtiva elevou a produtividade e a competitividade das empresas brasileiras no mercado internacional afetou as taxas de desemprego do país. Ampliou-se o desemprego assim como causou diversas alterações estruturais no mercado de trabalho.

5 O DESEMPREGO NA DÉCADA DE 1990

A reestruturação econômica pela qual o Brasil teve que passar para se adaptar aos ideais instituídos pelo governo elevou expressivamente o desemprego. Prova disso é que tanto as pesquisas do IBGE quanto do DIEESE apresentaram taxas nunca antes atingidas. O conjunto de políticas adotadas basicamente no Plano Real influiu de forma negativa nos níveis de emprego. O conjunto porque, além da política monetária recessiva, a abertura comercial e as privatizações foram determinantes na alteração da dinâmica do mercado-de-trabalho brasileiro.

A abertura comercial no Brasil teve influencia no desemprego desde o momento em que os produtos estrangeiros passaram a concorrer com os nacionais. Como o setor produtivo nacional não estava em condições de enfrentar a concorrência externa teve que passar pela reestruturação, ou seja, a modernização produtiva. Segundo MERCADANTE (p. 156), “a desarticulação de parte da indústria e da agricultura e a própria reestruturação baseada fundamentalmente nas importações elevaram os níveis de desemprego”.

Sobre o desemprego QUADROS e POCHMANN (p. 19, 1997) dizem que “em parte, os empregos perdidos a partir de 1990 resultariam do movimento de reestruturação das empresas, decorrente da introdução de novos fundamentos competitivos, marcados pelo aumento da produtividade e pela inserção externa, com alteração dos preços relativos e elevação de investimentos racionalizados em, sobretudo, grandes empresas”.

É fato que o desemprego aumentou no Brasil durante a década de 1990, tanto influenciado pelo fator conjuntural quanto pelo estrutural. Mas as conseqüências negativas foram ainda maiores sobre o mercado de trabalho. Além da redução do número de empregos na economia, o mercado de trabalho sofreu um aumento no grau de precarização, devido à diminuição dos postos de trabalho formal nos diferentes setores da economia.

As tendências ao desemprego estrutural provocadas pela desindustrialização e uma modernização conservadora e desequilibrada vão acompanhadas de um aumento da multidão de trabalhadores por conta própria. Estas tendências ao desmonte acelerado da economia formal são amplificadas por medidas que integram o receituário neoliberal como a pseudo-reforma administrativa do Estado e a anunciada desregulação do mercado de trabalho (TAVARES, 1996).

5.1 A SITUAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

O desemprego na década de 1990 atingiu os maiores níveis da história, em todas as regiões do Brasil. Tanto que de acordo com DIEESE (2001, p. 51) “os índices de desemprego chegaram a seu ponto máximo nas regiões pesquisadas, cresceram as relações de trabalho sujeitas a grande instabilidade e falta de proteção social e aumentou a destruição de postos de trabalho do setor industrial”.

Sobre os índices de desemprego, o DIEESE divulga mensalmente a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) para seis das regiões metropolitanas do país. A pesquisa é realizada, respectivamente, as seguintes regiões e cidades: na Região Sudeste, São Paulo e Belo Horizonte; na Região Centro-Oeste o Distrito Federal; na Região Sul, Porto Alegre; e na Região Nordeste, Salvador e Recife. Assim pode-se medir o desemprego em nível nacional, devido à representatividade das cidades em suas regiões.

O crescimento das taxas de desemprego durante os anos 90, aqui citado, é apresentado numericamente na TABELA 02. Além do processo de abertura comercial e da reestruturação produtiva, o baixo crescimento econômico apresentado nas regiões foi outra consequência da evolução do desemprego.

De acordo com a tabela as taxas de desemprego tiveram um aumento significativo entre os anos 90 e 92 e entre 95 e 99. O desemprego, que foi afetado pela forte recessão nos primeiros anos da década, cresceu até o ano de 92, mas o início de recuperação do nível de atividade econômica a partir de 1993 sinalizou uma ligeira queda nas taxas.

Tanto que para São Paulo, as taxas caíram de 15,2 em 92 para 13,2% em 95. Justamente os anos que o país apresentou as maiores taxas de crescimento da década. Indistintamente, todas capitais apresentaram níveis elevadíssimos de desemprego, atingindo taxas até mesmo acima de 20%, que foi o caso do Distrito Federal, de Recife e Salvador.

TABELA 02 – TAXAS DE DESEMPREGO TOTAL PARA AS REGIÕES METROPOLITANAS – 1989-1999

(em %)											
Regiões	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Metropolitanas											
Belo Horizonte								12,7	13,4	15,9	17,9
Distrito Federal				15,5	15,1	14,5	15,7	16,8	18,1	19,4	21,6
Porto Alegre					12,2	11,3	10,7	13,1	13,4	15,9	19,0
Recife										21,6	22,1
Salvador									21,6	24,9	27,7
São Paulo	8,7	10,3	11,7	15,2	14,6	14,2	13,2	15,1	16,0	18,2	19,3

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED-Pesquisa de Emprego e Desemprego

Extraído de DIEESE (p. 53, 2001)

O resultado da evolução do desemprego foi o crescimento do contingente dos trabalhadores marginalizados da atividade produtiva, havendo desperdício da força de trabalho e o aumento da exclusão social. O indivíduo perde seu principal meio de sobrevivência e até mesmo os canais básicos de convivência na sociedade moderna, além de comprometer a própria identidade do trabalhador (DIEESE, 2001).

O aumento do desemprego é ainda representado através da estimativa numérica de trabalhadores desempregados. Se considerado apenas o crescimento dos desempregados em São Paulo na década de 1990, segundo a TABELA 03, o número mais que dobrou, além de aumentar os desempregados em aproximadamente um milhão.

Embora os valores mais expressivos sejam esses, a mesma tendência manteve-se em todas as cidades representadas. O baixo dinamismo da economia brasileira frente às políticas de liberalização econômica teve participativa influência para que tais números fossem alcançados. Com o medíocre crescimento econômico da década, além da redução dos postos de trabalho, aumentaram o tempo médio de procura por emprego e as exigências por trabalhadores com maior grau de instrução. Aqui os principais prejudicados foram os trabalhadores mais velhos que, geralmente com menor nível de instrução, são os primeiros excluídos do mercado de trabalho. Além da exclusão, o desemprego dos chefes de família afeta diretamente o nível de renda de suas famílias.

TABELA 03 – ESTIMATIVA DE DESEMPREGADOS PARA AS REGIÕES METROPOLITANAS – 1989-1999

(em 1.000 pessoas)

Regiões	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Metropolitanas											
Belo Horizonte								222	245	297	342
Distrito Federal				116	115	112	124	137	153	167	189
Porto Alegre					174	159	155	191	197	246	309
Recife										306	321
Salvador									290	344	394
São Paulo	614	738	879	1.175	1.156	1.133	1.085	1.277	1.375	1.585	1.715

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED-Pesquisa de Emprego e Desemprego

Extraído de DIEESE (2001, p. 55)

Deve-se destacar que o aumento desenfreado das taxas de desemprego numa economia de baixo dinamismo eleva a precarização das condições de trabalho. O desempregado que não consegue emprego no mercado formal passa a atuar na informalidade, a fim de obter as condições mínimas para a sobrevivência. Segundo o

DIEESE, além do desemprego aberto registra-se o crescimento do desemprego oculto pelo trabalho precário e do oculto pelo desalento¹. POCHMANN (2001, p. 97), sobre a evolução do informal, diz que “durante a década de 1990, a cada 10 empregos criados somente dois eram assalariados, porém sem registro formal, o que configurou o cenário ocupacional de maior difusão de postos de trabalho não-assalariados”.

5.2 MUDANÇAS NA COMPOSIÇÃO OCUPACIONAL DA FORÇA DE TRABALHO

A reestruturação da economia brasileira na década de 1990 diante do modelo desenvolvimento e inserção internacional, além da queda do emprego, tiveram impacto sobre a composição ocupacional do mercado de trabalho. No quadro geral, o emprego industrial foi o mais afetado. Além da redução no número de empregos perdeu espaço na participação ocupacional no mercado de trabalho.

A eliminação ou até mesmo o deslocamento de postos de trabalho da indústria foi um movimento provocado pela racionalização, aumento da produtividade e intensificação do processo de terceirização provocado pela pelas políticas de ajuste neoliberal, assim como pela intensificação da reestruturação tecnológica e organizacional das empresas na última década (DIEESE, 2001).

Segundo PICCHETTI e CHAHAD (2003, p. 08) “o setor industrial que abrigava grande parte dos trabalhadores com qualificação, dispensou grande parte no processo de ajuste produtivo e reorganização ocupacional. Isso apenas deteriora o capital humano brasileiro e adiciona novos elementos ao aumento do desemprego no mercado de trabalho”.

A TABELA 04 mostra as alterações na distribuição dos ocupados entre os setores de atividade econômica como indústria, construção civil, comércio e serviços.

¹ O desemprego oculto por trabalho precário é aquele onde o trabalhador desenvolve atividades de maneira irregular e descontínua, na maioria das vezes sem registro em carteira e seguridade social. Já o desemprego oculto por desalento ocorre quando o trabalhador perde as esperanças de obter um novo trabalho devido às situações econômicas adversas.

TABELA 04 – DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS, SEGUNDO SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA PARA AS REGIÕES METROPOLITANAS – 1989-1999

(em %)

Setor de atividade	Belo Horizonte			Distrito Federal			Porto Alegre		
	96	98	99	92	98	99	93	98	99
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Indústria	16,1	15,3	14,4	4,3	3,9	3,8	24,2	18,9	19,0
Construção civil	8,2	8,6	8,3	5,6	4,4	3,9	5,9	6,2	5,8
Comércio	15,1	15,3	15,0	15,2	14,8	14,2	16,3	16,8	16,9
Serviços	49,6	49,8	51,3	61,7	63,8	65,3	46,9	50,0	50,2
Serviços domésticos	10,0	10,1	10,2	11,7	12,0	11,8	6,1	7,6	7,6
Outros	0,9	0,9	0,8	1,4	1,1	0,9	(1)	(1)	(1)

Setor de atividade	Recife		Salvador		São Paulo			
	98	99	97	98	99	89	98	99
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Indústria	10,0	9,3	8,3	8,0	8,1	33,0	19,8	19,6
Construção civil	4,8	4,7	5,4	5,5	5,4	5,5	5,6	5,4
Comércio	20,7	21,5	17,9	17,0	15,9	14,8	16,7	16,1
Serviços	51,5	51,5	55,6	57,3	58,5	39,7	48,8	49,6
Serviços domésticos	9,7	9,6	10,8	10,2	10,4	6,1	8,4	8,9
Outros	3,4	3,4	1,9	1,9	1,6	0,9	0,7	0,4

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED-Pesquisa de Emprego e Desemprego

Extraído de DIEESE (2001, p. 61)

Em todas as regiões metropolitanas é visível a exclusão dos empregos no setor industrial através da perda de participação no total dos empregados no país, porém, olhando para a maior região industrial do país, São Paulo, a indústria perdeu 13,4 % de

sua participação no total das ocupações, correspondendo a 720.000 postos de trabalho neste setor produtivo. Porto Alegre e Belo Horizonte foram outras regiões que apresentaram as maiores perdas depois de São Paulo, respectivamente 5,2 e 1,7%. Desagregando a participação da indústria por ramos de atividades, para a região de São Paulo, o de metal-mecânica, o mais representativo do setor industrial, sofreu redução de aproximadamente 7%, passando de 14,2 em 1989 para 7,3 pontos percentuais em 1999.

A TABELA 05, desagregada entre os ramos de atividade como representada no capítulo anterior para exprimir o crescimento das taxas de produtividade, expõe as taxas médias de crescimento anual do pessoal ocupado durante a década de 1990, de acordo com os dados do IBGE. Como pode ser visto, naqueles ramos de atividade em que houve o crescimento anual das taxas de produtividade houve também a redução dos postos de trabalho. Tanto que as indústrias de siderurgia, de fabricação de aparelhos e equipamentos elétricos e eletrônicos e de refino de petróleo, que foram responsáveis pelas maiores taxas de crescimento de produtividade, também apresentam as maiores reduções do pessoal ocupado, tendo taxas de crescimento anuais negativas entre 4 e 6%.

TABELA 05 – TAXAS MÉDIAS DE CRESCIMENTO ANUAL DO PESSOAL OCUPADO NO BRASIL, SEGUNDO SETORES E ATIVIDADES – 1990-2000

Setores/Atividades	1990-1993	1994-1997	1998-2000	1990-2000
Agropecuária	1.45	(3.80)	5.82	(0.02)
Indústria	(3.15)	(2.25)	2.21	(1.36)
Indústria extrativa	(3.88)	(6.00)	0.38	(3.42)
Extrativa mineral (exceto combustíveis)	(3.79)	(5.99)	(2.22)	(4.08)
Extração de petróleo e gás natural, carvão e outros combustíveis	(4.61)	(6.13)	18.35	1.12
Indústria de transformação	(3.13)	(2.13)	2.26	(1.30)
Fabricação de minerais não metálicos	(4.93)	(0.73)	3.42	(2.07)
Siderurgia	(7.32)	(8.60)	(4.02)	(6.75)
Metallurgia dos não-ferrosos	(8.17)	(2.13)	(3.79)	(3.34)
Fabricação de outros produtos metalúrgicos	(5.67)	2.07	(0.96)	(0.85)
Fabricação e manutenção de máquinas e tratores	(7.27)	(1.40)	3.36	(2.24)
Fabricação de aparelhos e equipamentos de material elétrico	(12.56)	(2.71)	(3.23)	(4.85)

(continuação)

Fabricação de aparelhos e equipamentos de material eletrônico	(12,53)	(2,84)	(3,36)	(5,57)
Fabricação de automóveis, caminhões e ônibus	(6,82)	(3,21)	7,15	(3,30)
Fabricação de outros veículos, peças e acessórios	(6,79)	(5,16)	7,17	(2,67)
Serrarias e fabricação de artigos de madeira e mobiliário	(2,35)	0,21	3,94	(0,31)
Indústria de papel e gráfica	(3,74)	(1,29)	2,98	(0,51)
Indústria da borracha	(4,47)	(8,93)	0,52	(5,13)
Fabricação de elementos químicos não petroquímicos	(5,11)	1,17	(0,34)	(4,23)
Refino de petróleo e indústria petroquímica	(4,25)	(7,05)	(2,06)	(6,02)
Fabricação de produtos químicos diversos	(5,13)	(0,63)	(0,53)	(2,14)
Fabricação de produtos farmacêuticos e de perfumaria	2,04	0,78	(1,02)	0,58
Indústria de transformação de material plástico	(3,91)	3,78	5,52	0,69
Indústria têxtil	(4,45)	(11,78)	4,45	(4,70)
Fabricação de artigos do vestuário e acessórios	(2,10)	(3,45)	3,87	(0,98)
Fabricação de calçados e de artigos de couro e peles	(0,43)	(7,28)	4,42	(1,72)
Indústria do café	1,02	(0,72)	0,70	0,22
Beneficiamento de produtos de origem vegetal, inclusive fumo	(0,83)	0,85	0,82	0,11
Abate e preparação de carnes	2,30	(1,24)	(0,17)	0,52
Resfriamento e preparação do leite e laticínios	1,65	(0,53)	(1,21)	(0,46)
Indústria do açúcar	3,11	(0,67)	0,26	(0,57)
Fabricação e refino de óleos vegetais e gorduras para alimentação	(2,21)	(3,40)	(1,28)	(4,08)
Outras indústrias alimentares e de bebidas	0,85	(0,50)	0,74	0,63
Indústrias diversas	3,17	(5,64)	2,48	0,68
Serviços industriais de utilidade pública	(0,92)	(6,21)	(7,26)	(4,49)
Construção civil	(3,38)	2,03	0,49	0,35
Serviços	1,80	1,81	2,65	2,19
Comércio	2,65	1,28	3,69	2,51
Transporte	(0,36)	3,09	1,23	1,71
Comunicações	0,76	(3,48)	1,26	2,07
Instituições financeiras	(4,21)	(3,67)	1,34	(3,41)
Serviços prestados às famílias	0,25	3,60	2,85	2,76
Serviços prestados às empresas	4,76	6,92	2,99	5,92
Aluguel de imóveis	(10,17)	1,93	7,38	(0,54)
Administração pública	1,45	(1,82)	1,49	(0,07)
Serviços privados não-mercantis	5,54	2,18	2,20	3,25
Total da economia	0,59	(0,16)	3,12	0,99

Fonte: IBGE – Sistema de Contas Nacionais.

Elaboração: IBQP

Nota: Material utilizado em sala na disciplina de Economia do Trabalho, UFPR.

Ainda, se comparadas tabelas 01 e 05, nota-se que houve redução no pessoal ocupado praticamente em todos os ramos de atividade que tiveram crescimento da produtividade, para todos os setores produtivos.

Porém, nem todos os ramos de atividades apresentaram crescimento. Influenciado pela reestruturação do setor bancário, de acordo com MERCADANTE (p. 157), “no setor de serviços, o sistema financeiro reduziu o emprego formal em 21%, fechando mais de 320.000 postos de trabalho”. A própria tabela 05 apresenta a redução do pessoal ocupado nas instituições financeiras, variando negativamente em 3,41% ao ano.

TABELA 06 – NÚMERO ESTIMADO DE EMPREGADOS NO SETOR FINANCEIRO NO BRASIL* - 1989-1996

Meses	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Janeiro	811.892	825.558	748.949	696.874	681.614	670.117	632.761	568.786
Fevereiro	813.076	825.081	745.564	694.839	680.638	668.917	629.251	564.152
Março	811.542	826.244	739.578	694.800	678.962	666.743	623.749	559.765
Abril	810.958	821.843	734.806	693.684	678.085	664.452	622.060	555.232
Maiο	811.930	810.419	732.026	692.588	676.779	661.906	616.847	547.715
Junho	813.501	794.897	731.925	691.266	676.052	659.291	611.751	532.003
Julho	816.143	778.699	723.279	689.244	676.549	657.233	592.280	528.182
Agosto	814.206	771.331	717.914	687.827	677.884	653.272	588.927	526.093
Setembro	815.249	768.287	714.089	687.843	677.574	651.022	585.350	521.939
Outubro	818.580	763.105	708.751	686.376	676.369	646.236	581.758	518.714
Novembro	822.688	758.466	703.729	684.171	673.438	641.302	577.436	513.861
Dezembro	824.316	753.636	700.217	682.304	671.740	637.647	571.582	497.108

Fonte: Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados (Lei 4.923/65)

* Bancos comerciais, de investimento, etc.

Extraído de DIEESE-SEEB/Rio

A reestruturação produtiva dos bancos foi executada por diversos motivos, dentre os quais, a globalização financeira, o acirramento da concorrência internacional e da nacional, mudanças institucionais, os planos econômicos, assim como a redução da inflação. A adoção de processos de automação, de programas de produtividade e a terceirização de serviços excluíram grande parte dos postos de trabalho bancário. Portanto, pode-se dizer que a modernização tecnológica e organizacional foram as responsáveis pelo expressivo corte de empregos do sistema financeiro. Como se vê na TABELA 06, numa estimativa dos empregados do setor financeiro, os postos reduziram em torno de 40% em sete anos. Em termos absolutos, passou de 824 mil em 1989 para 497 mil em 1996. Embora todo o período demonstre a eliminação de postos de trabalho, a forte redução teve o maior impulso a partir de maio de 1990, e não parou mais.

5.3 QUALIFICAÇÃO E DESEMPREGO

Como já citado anteriormente, a modernização produtiva além de alterar as taxas de desemprego na economia aumentou as exigências do grau de qualificação da mão-de-obra no país. E a escolaridade é um dos principais meios de medir a qualificação do indivíduo. Segundo POCHMANN (2000, p. 97), “a escolaridade passa a ser um recurso inadiável de elevação da qualidade da mão-de-obra, já que há correlação direta entre baixa escolaridade e baixa qualidade ocupacional, sem ser uma panacéia de resolução do problema do emprego nacional”. Portanto, para se manter, assim como retornar ao mercado de trabalho, para aqueles que perderam o emprego, devem atingir um grau de instrução mais elevado.

Diante da reestruturação tecnológica e organizacional e, conseqüentemente, a exclusão de diversos postos de trabalho nos mais variados setores, a qualificação profissional tornou-se inseparável do trabalhador. Deve-se destacar, porém, que não há

uma certeza quanto à inserção do indivíduo no mercado de trabalho havendo maior grau de instrução, mas sim maiores condições de competição.

Durante a década de 1990, no Brasil, o grau de instrução aumentou, embora ainda apresente um dos piores indicadores entre os países latino-americanos, com escolaridade média de 3,9 anos, enquanto que na Argentina uma pessoa fica na escola em torno de 8,7 anos (POCHMANN, 2000). A TABELA 07 mostra a evolução do nível de escolaridade dos empregados entre 1980 e 1995. Conforme os dados apresentados na tabela, quanto maior o grau de instrução maior a possibilidade de conseguir emprego. A participação dos empregados com nível de escolaridade igual ou superior ao do ginásio completo cresceu no mercado de trabalho. Já os empregados com baixo nível de escolaridade perderam participação no total de empregados.

TABELA 07 – NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS EMPREGADOS NO BRASIL – 1980-1995

	(em %)		
Escolaridade	1980	1989	1995
Analfabeto	4,2	3,1	3,0
Primário incompleto	18,0	11,9	9,9
Primário completo e ginásio incompleto	38,0	34,9	31,2
Ginásio completo e colegial incompleto	16,9	21,0	23,1
Colegial completo e superior incompleto	15,7	19,8	22,0
Superior completo	7,2	9,3	10,8

Fonte: MTb/Rais

Extraído de POCHMANN (2000, p. 96)

A TABELA 08 ainda mostra o crescimento das taxas de desemprego nas regiões metropolitanas apresentadas pelo DIEESE para os seguintes níveis de instrução: i)

analfabeto; ii) fundamental incompleto; iii) fundamental completo; iv) médio incompleto; v) médio completo; e vi) superior.

TABELA 08 – TAXAS DE DESEMPREGO TOTAL, SEGUNDO NÍVEL DE INSTRUÇÃO PARA AS REGIÕES METROPOLITANAS - 1989-1999

(em %)

Nível de instrução	Belo Horizonte			Distrito Federal			Porto Alegre		
	96	98	99	92	98	99	93	98	99
Analfabeto	9,6	13,4	15,7	15,3	21,5	24,4	14,1	16,8	21,8
Fundamental incompleto	15,2	18,5	20,8	19,9	25,3	28,1	14,5	18,9	22,2
Fundamental completo	13,5	16,9	19,9	17,3	23,4	25,8	12,6	16,8	20,8
Médio incompleto	17,4	22,9	26,0	21,6	27,9	33,3	16,3	23,2	26,8
Médio completo	9,0	12,9	14,9	12,0	16,2	18,8	8,5	12,8	15,4
Superior	5,2	6,3	6,8	5,4	6,2	7,1	5,2	7,3	9,1

Nível de instrução	Recife		Salvador		São Paulo			
	98	99	97	98	99	89	98	99
Analfabeto	17,1	18,2	18,1	21,0	24,1	7,0	18,1	20,4
Fundamental incompleto	24,4	24,4	25,5	29,5	32,6	10,4	21,0	21,9
Fundamental completo	24,7	24,8	26,0	28,8	32,3	10,4	21,1	22,9
Médio incompleto	30,1	31,3	28,8	34,5	39,6	9,9	28,1	29,3
Médio completo	19,1	20,5	17,1	20,2	22,6	5,0	15,0	16,7
Superior	9,8	9,7	10,3	11,0	12,0	3,8	8,0	8,3

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED-Pesquisa de Emprego e Desemprego

Extraído de DIEESE (2001, p. 58)

Mesmo havendo o aumento da qualificação da mão-de-obra durante a década de 1990, as taxas de desemprego aumentaram em todos os níveis de instrução, destacando-se

que na maioria das regiões metropolitanas as taxas de desemprego para os menos qualificados ficou acima de 20% em 1999. Se considerada a região de São Paulo em dez anos a taxa de desemprego para os trabalhadores com nível fundamental, completo e incompleto, simplesmente dobraram.

E o motivador da elevação do desemprego, além da reestruturação tecnológica, foi o baixo crescimento econômico apresentado na década frente às políticas neoliberais vigentes no País. Com o excesso de oferta de mão-de-obra, a incapacidade de geração de novos postos de trabalho foi automaticamente excluindo os menos qualificados. Os desempregados tiveram poucas possibilidades de escolha. Ou o trabalhador procura mais qualificação para retornar ao emprego formal, ou apenas aceita o desemprego e entra no crescente mercado da informalidade.

CONCLUSÃO

Diante da abertura comercial imposta ao Brasil durante a década de 1990, o desemprego cresceu incontrolavelmente. A concorrência desregulada pela qual o país se defrontou expôs a fragilidade do setor produtivo nacional, obrigando a passar pela modernização produtiva.

A reestruturação produtiva, pelas mudanças tecnológicas e organizacionais, elevou a produtividade das empresas nacionais, reduzindo custos, e dando novas condições de concorrência externa. A modernização tecnológica também proporcionou maior acesso das camadas menos favorecidas aos bens de consumo, devido basicamente à redução dos preços. Mas, no mesmo tempo que houve a redução dos preços, o aumento da produtividade excluiu postos de trabalho nas empresas.

A exclusão da força de trabalho intensificou-se nos diversos setores produtivos nacionais. Tanto que a participação ocupacional sofreu alteração. A indústria, que no início da década detinha a maior parte dos postos de trabalho na economia, apresentou significativa redução dos postos de trabalho, em grande parte devido à adoção da automação e aplicação de inovações técnicas organizacionais. Porém, os setores primário e terciário também sofreram com a redução dos postos de trabalho. Na agricultura devido à mecanização da produção e no setor de serviços avanço das tecnologias de comunicação e informação. O exemplo clássico da exclusão de postos de trabalho é o do ramo bancário, que em dez anos quase reduziu o número de funcionários pela metade.

Mesmo havendo durante toda a década o crescimento do desemprego, o governo em nenhum momento deixou de seguir sua política neoliberal que visava o controle inflacionário. As políticas fiscal restritiva e monetária de elevadas taxas de juros inibiram a única saída para a redução dos desempregados do país, o crescimento econômico. Sem uma política industrial para a ampliação produtiva, nada pode ser feito para minimizar as

perdas causadas pela liberalização econômica e modernização tecnológica da década de 90 sobre o desemprego.

Sem perspectivas reais de crescimento na economia o país continua e continuará convivendo com as altas taxas de desemprego. Enquanto políticas para geração de emprego não forem elaboradas o mal persistirá, e os trabalhadores terão que conviver com o grave problema da incerteza que vive sobre o mercado de trabalho.

7 BIBLIOGRAFIA

- BALTAR, P. E. de A.. **Crise contemporânea e mercado de trabalho no Brasil**. In: Oliveira, M. A. de. (Org.). *Economia & Trabalho: textos básicos*. Campinas: IE/Unicamp, 1998, p. 129-146.
- ★ BASTOS, R. L. A.: **Desemprego Tecnológico**. In: CATTANI, A. D. (Org). *Trabalho e tecnologia: dicionário crítico*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BAUMANN, R.. **Uma visão econômica da globalização**. In: Baumann, R. (Org.). *O Brasil e a economia global*. São Paulo: Editora Campus, 1995, p. 33-51.
- CANO, W.. **Políticas econômicas e de ajuste na América Latina**. In: Oliveira, M. A. de. (Org.). *Economia & Trabalho: textos básicos*. Campinas: IE/Unicamp, 1998, p. 35-59.
- CESAR JR., L. A. M.. **Equacionando a questão do desemprego tecnológico**. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 36, mai/2004.
- ★ COUTINHO, L. G.. **A fragilidade do Brasil em face da globalização**. In: Baumann, R. (Org.). *O Brasil e a economia global*. São Paulo: Editora Campus, 1995, p. 219-237.
- DEDECCA, C. S.. **Reestruturação produtiva e tendências do emprego**. In: Oliveira, M. A. de. (Org.). *Economia & Trabalho: textos básicos*. Campinas: IE/Unicamp, 1998, p. 163-186.
- GONÇALVES, C. O.. **Os impactos da tecnologia sobre o desemprego e as políticas de emprego dos anos 90**. Curitiba, 2004. 79 f. Monografia de Graduação (Ciências Econômicas), Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.
- MANZANO, M. P. F.. **Financeirização e desemprego: os males do Brasil insano**. In: *Emprego e desenvolvimento tecnológico*. (Org.) DIEESE – São Paulo. CESIT, Campinas, 1999, p. 123-142.
- MATTOSO, J. E. L.. **Transformações econômicas recentes e mudanças no mundo do trabalho**. In: Oliveira, M. A. de. (Org.). *Economia & Trabalho: textos básicos*. Campinas: IE/Unicamp, 1998, p. 61-77.
- MEINERS, W. M.. **As mudanças no paradigma tecnológico e suas implicações para as empresas**. UFPR, Curitiba, 2002.

MENEZES, A. M. F.; FONSECA, M. J. M. da. **A mundialização do capital e seus rebatimentos na economia brasileira: análise dos processos de abertura econômica e de privatização.** Bahia Análise e dados, v. 13, p. 9-12, jun. 2003.

MERCADANTE, A.. **Plano Real e neoliberalismo tardio.** In: MERCADANTE, A.. (Org.). O Brasil pós-real: a política econômica em debate. UNICAMP. Campinas, 1997, p. 130-167.

OLIVEIRA, M. A. de.. **Reestruturação produtiva e mudanças nas relações de trabalho.** In: Oliveira, M. A. de. (Org.). Economia & Trabalho: textos básicos. Campinas: IE/Unicamp, 1998, p. 187-204.

PASTORE, J.. **A controvérsia sobre tecnologia e emprego.** Revista Parcerias Estratégicas. v. 1, n. 5, Setembro, 1998.

PAULINO, A. Y.; ANDRADE, A. M.. **A busca de novos espaços de negociações sindicais frente à reestruturação produtiva: o caso da Mercedes Benz do Brasil de São Bernardo do Campo.** In: Emprego e desenvolvimento tecnológico. (Org.) DIEESE – São Paulo. CESIT, Campinas, 1999, p. 327-352.

PICCHETTI, P.; CHAHAD, J. P.. **A evolução da taxa de desemprego estrutural no Brasil: Uma Análise entre regiões e características dos trabalhadores.** Disponível em <http://ideias.repec.org/p/anp/en2003/f05.html>. Acesso em: 20 mai. 2004.

POCHMANN, M.. **Desemprego e políticas de emprego: tendências internacionais e o Brasil.** In: Oliveira, M. A. de. (Org.). Economia & Trabalho: textos básicos. Campinas: IE/Unicamp, 1998, p. 219-233.

POCHMANN, M.. **O trabalho sobre fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século.** Ed. Contexto. São Paulo, 2000.

POCHMANN, M.. **A década dos mitos.** Ed. Contexto. São Paulo, 2001a.

POCHMANN, M.. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu.** Boitempo editorial. São Paulo, 2001b.

PRADO, A.. **Globalização e desemprego nos anos 90.** In: Emprego e desenvolvimento tecnológico. (Org.) DIEESE – São Paulo. CESIT, Campinas, 1999, p. 15-24.

QUADROS, W.; POCHMANN, M.. **Transformações recentes no padrão de emprego regular urbano: síntese do panorama nacional e regional.** Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n. 90, jan./abr. 1997, p. 15-29.

- ROSANDISKI, E. N.; SILVA, R. A. C.. **Mudanças no perfil do emprego no Brasil nos anos 90**. In: Emprego e desenvolvimento tecnológico. (Org.) DIEESE – São Paulo. CESIT, Campinas, 1999, p. 143-168.

TAVARES, M. C.. **Ajuste Estrutural e Desemprego**. Folha de São Paulo. 11 fev. 1996. Disponível em <http://www.eeo.unicamp.br/artigos/tavares/artigo49.htm>. Acesso em 25 mai. 2004.